



HOSPITAL
MOINHOS DE VENTO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		
		2024	2023	Consolidado 2024			2024	2023	Consolidado 2024
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	536.204	535.328	536.281	Fornecedores	191.284	155.241	191.348	
Contas a receber	6	266.557	319.838	266.987	Empréstimos e financiamentos	67.437	82.318	67.437	
Estoques	7	76.588	72.834	76.588	Obrigações trabalhistas	71.414	72.714	71.433	
Outros ativos		8.880	6.766	8.966	Impostos e contribuições sociais	9.880	8.246	9.886	
Total do ativo circulante		888.229	934.766	888.822	Provisão para contingências	11	2.943	11	
Ativo não circulante					Assistência social - projetos de apoio ao SUS	17	21.650	21.650	
Realizável a longo prazo					Obrigações de arrendamento	11	2.279	2.279	
Partes relacionadas	8	500	-	-	Outros passivos		28.403	28.403	
Depósitos judiciais	16	27.089	35.002	27.089	Total do passivo circulante		392.358	392.447	
Outros ativos		232	238	232	Passivo não circulante				
Propriedades para investimento	9	13.229	13.229	13.229	Empréstimos e financiamentos	14	206.079	233.096	
		41.050	48.469	40.550	Provisão para contingências	16	126.830	111.829	
Investimentos	10	731	-	-	Obrigações de arrendamento	11	7.928	7.928	
Imobilizado	13	658.715	500.063	658.786	Benefício de saúde pós-emprego	18	7.661	9.399	
Intangível	12	13.105	12.087	13.765	Outros passivos		3.691	3.691	
Ativos de direito de uso	11	10.142	4.055	10.142	Total do passivo não circulante		352.189	362.865	
		682.693	516.205	682.693	Total do passivo		744.547	713.814	
Total do ativo não circulante		723.743	564.674	723.283	Patrimônio líquido	19	783.488	663.018	
Total do ativo		1.611.972	1.499.440	1.612.065	Patrimônio social		4.784	4.784	
					Outros resultados abrangentes		79.153	120.470	
					Superávit acumulado		867.425	785.626	
					Total do patrimônio líquido		1.611.972	1.499.440	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Outros resultados abrangentes	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2023	548.867	(1.628)	114.151	661.390
Incorporação ao patrimônio social	114.151	-	(114.151)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	3.766	-	3.766
Superávit do exercício	-	-	120.470	120.470
Em 31 de dezembro de 2023	663.018	2.138	120.470	785.626
Incorporação ao patrimônio social	120.470	-	(120.470)	-
Remensuração do benefício de saúde pós-emprego	-	2.646	-	2.646
Superávit do exercício	-	-	79.153	79.153
Em 31 de dezembro de 2024	783.488	4.784	79.153	867.425

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Receita líquida	20	1.383.093	1.347.776	1.383.461
Custo do serviço prestado	21	(1.162.226)	(1.120.298)	(1.163.010)
Superávit bruto		220.867	227.478	220.451
Despesas com vendas, gerais e administrativas	21	(126.596)	(119.784)	(126.635)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(46.587)	(21.516)	(46.601)
Superávit operacional		47.215	86.178	47.215
Resultado financeiro	22	-	-	-
Receitas financeiras		62.579	62.926	62.579
Despesas financeiras		(30.641)	(28.634)	(30.641)
Resultado financeiro, líquido		31.938	34.292	31.938
Superávit do exercício		79.153	120.470	79.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Superávit do exercício		79.153	120.470	79.153
Outros resultados abrangentes	19(b)	2.646	3.766	2.646
Superávit do exercício		81.799	124.236	81.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	Controladora 2023	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Superávit do exercício		79.153	120.470	79.153
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	55.994	51.707	55.997
Resultado na baixa de imobilizado		328	121	328
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas, líquida	6	5.433	(689)	5.433
Provisões para contingências constituídas (revertidas), líquidas	16	34.775	28.309	34.775
Variação no valor justo do benefício de saúde pós-emprego	18	908	1.449	908
Resultado de equivalência patrimonial		469	-	-
Despesas de juros, variações monetárias e cambiais	23	35.092	29.237	35.092
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber	6	47.848	(39.024)	47.790
Estoques	7	(3.754)	(7.163)	(3.754)
Partes relacionadas - mútuo		(500)	-	-
Depósitos judiciais e outros ativos	16	5.805	(4.733)	5.819
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	15	(19.556)	180	(19.578)
Obrigações trabalhistas		(1.300)	2.732	(1.297)
Assistência social (projetos de apoio ao SUS)	17	25.241	(9.957)	25.241
Provisão para contingências	16	(22.706)	(16.741)	(22.706)
Impostos e contribuições sociais e outros passivos		(118)	6.544	(116)
Caixa gerado pelas operações		243.112	162.442	243.085
Juros pagos	23	(37.626)	(26.896)	(37.626)
Caixa líquido gerado pelas operações		205.486	135.546	205.459
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de controlada, líquida do caixa adquirido		(1.200)	-	(1.094)
Aquisição de ativo imobilizado	13	(156.361)	(124.141)	(156.361)
Aquisição de propriedades para investimento	9	-	(500)	-
Aquisição de ativo intangível	12	(5.242)	(3.779)	(5.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(162.803)	(128.420)	(162.697)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	23	10.000	150.000	10.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	23	(49.364)	(73.655)	(49.366)
Pagamento de arrendamentos	23	(2.443)	(3.142)	(2.443)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(41.807)	73.203	(41.809)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		876	80.329	953
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	535.328	454.999	535.328
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	536.204	535.328	536.281
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		876	80.329	953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

indexador dos empréstimos e financiamentos (Nota 22). O efeito líquido destas variações resultaria em um aumento do superávit líquido do exercício de R\$ 5.209 (na controladora e no consolidado).

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As contas a receber geradas pelos serviços prestados pela Entidade são liquidadas em dinheiro, transferências bancárias e outros meios de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes pela prestação de serviços hospitalares; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificados indicadores da necessidade de impairment para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Entidade aplica a abordagem simplificada CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas de serviços realizados em um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2024 ou 31 de dezembro de 2023, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

A provisão para perdas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foi determinada para contas a receber de clientes e ativos de contratos e está apresentada na Nota 6.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias. Quando aplicável, as perdas por impairment em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por impairment líquidas, no superávit operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, a qual monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Continua

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seção A – Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Associação Hospitalar Moinhos de Vento ("Entidade") é uma associação civil, sem fins lucrativos, beneficente, assistencial e educacional, cuja sede está localizada em Porto Alegre – RS. A Entidade assume responsabilidade social junto à comunidade e desenvolve em Porto Alegre projetos sociais, ambientais e culturais que buscam atender a demandas comunitárias com a mesma competência técnica que caracteriza sua atividade principal. De acordo com o Estatuto Social, os principais objetivos da Entidade são:

- Prestar serviços na área de saúde, sem distinção de condições sociais, nacionalidade ou credo religioso, observando o princípio da universalidade do atendimento, sendo vedado dirigir atividades exclusivas a seus associados ou a determinada categoria profissional;
- Promover a melhoria da qualidade de vida e a satisfação das pessoas, mediante a prática da melhor medicina, através de uma organização hospitalar autossustentável;
- Investir no conhecimento humano e nas mais avançadas tecnologias, bem como promover, participar, incentivar e subsidiar encontros científicos e publicações conexas às atividades antes referidas;
- Criar e manter unidades de ensino técnico-hospitalares e/ou de graduação, pós-graduação, extensão, escolas de enfermagem e outros departamentos ou outras iniciativas de educação e/ou pesquisa que julgue convenientes para melhor atendimento de sua finalidade;
- Prestar auxílio a comunidades carentes integradas aos esforços da sociedade, mediante assistência hospitalar e comunitária, de educação básica e educação infantil, creches, combate ao câncer e clínica pastoral;
- Promover e participar de programas de parceria escola e empresa;
- Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- Promover o voluntariado;
- Promover a assistência social;
- Promover consultoria na área médica, assistencial, de educação, de pesquisa, de gestão hospitalar e de saúde;
- Desenvolver, importar, exportar e distribuir tecnologia, produtos, serviços e equipamentos, inclusive ferramentas digitais, relacionados às suas finalidades, podendo, para tanto, firmar acordos ou associar-se a pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para a comercialização de produtos e serviços resultantes das referidas parcerias;
- Promover, de forma complementar aos demais objetivos, a comercialização de artigos com sua marca para fins de reverter o produto das vendas em ações de qualidade de vida, saúde, educação, meio-ambiente, assistência social e demais atividades previstas em seu Estatuto Social;
- Investir em instituições, empresas e/ou sociedades de propósitos semelhantes aos da Entidade visando expandir, diversificar, qualificar, aprimorar e tornar mais ágil e eficiente a execução das atividades previstas em seu Estatuto Social, conforme legislação aplicável;
- Promover, de forma complementar aos demais objetivos, o conhecimento, a cultura, a qualidade de vida, o esporte e a arte, através de congressos, exposições, feiras, bibliotecas, atividades de museu e outras atividades artísticas, culturais e esportivas.

Como associação civil sem fins lucrativos, a Entidade é imune às contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal, Código Tributário Nacional e legislação aplicável às entidades beneficentes e sem fins lucrativos. Desde o ano de 2008, a Associação Hospitalar Moinhos de Vento integra o Grupo de Hospitais Estratégicos de Excelência definidos pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 393/GM/MS, de 03 de março de 2008. A Portaria nº 2.235/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 27 de agosto de 2020, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade por 3 anos, a contar da data de sua publicação. Em outubro de 2022 a Entidade solicitou renovação do reconhecimento de Excelência ao Ministério da Saúde, sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válido o reconhecimento, conforme § 3º do artigo 2º do Anexo à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pela Associação Hospitalar Moinhos de Vento (Controladora) e pelo Laboratório Zanol Ltda. (Controlada). O Laboratório Zanol Ltda., adquirido em outubro de 2024 pela Associação Hospitalar Moinhos de Vento, é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre, atuando desde 2011 na área de patologia clínica e medicina laboratorial com foco no diagnóstico das doenças hematológicas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Comitê Executivo, em 24 de fevereiro de 2025.

1.2 Estado de calamidade no Rio Grande do Sul

No mês de maio de 2024 o Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública por conta da enchente ocorrida no estado. A Entidade foi impactada significativamente durante este período, sendo necessário fazer algumas escolhas para manter a excelência na linha de cuidado e atender ao propósito estabelecido no seu planejamento estratégico. Com o colapso no sistema de abastecimento de água potável, por exemplo, foi realizada uma revisão dos procedimentos eletivos agendados, resultando em diversos cancelamentos, gerando impacto em áreas de alto potencial de geração de receita, como o bloco cirúrgico e endoscopia. As consequências ainda reverberaram ao longo dos meses de junho e julho, porém, sob uma perspectiva diferente: no período pós-calamidade, o comportamento e as ações da população estiveram voltados para a reestruturação das suas casas e da infraestrutura da cidade. Os agendamentos de consultas e procedimentos eletivos continuaram em tendência de queda. Em relação às obras em andamento de unidades geradoras de receita, houve atraso no cronograma estabelecido em razão do impacto gerado nas empresas prestadoras de serviço.

Além da redução da produção e do atraso nas obras em andamento, a Entidade incorreu em despesas adicionais relacionadas ao transporte e alojamento de colaboradores que tiveram suas casas afetadas e estavam com dificuldades de logística, aquisição de água potável para a manutenção das atividades essenciais e esterilização de materiais em empresas terceirizadas.

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade já retomou os patamares normais de operação.

1.3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) - Entidade sem a finalidade de lucros) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 25. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso do passivo de benefício

pós-emprego, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 10 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota 25.17.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

Seção B – Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Risco de crédito para a determinação da perda esperada decorrente da provisão para devedores duvidosos (Nota 6)

A provisão para perdas esperadas é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios utilizados para as estimativas são as taxas de perdas históricas e a análise individual dos saldos das contas a receber com risco de inadimplência, levando em consideração as condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

(b) Critérios de rateio dos custos indiretos nos projetos do PROADI-SUS (Nota 17)

A Entidade contabiliza o custo indireto apropriado aos projetos do PROADI-SUS. Esta apropriação ocorre mediante o método de custeio por absorção com alocação recíproca entre as áreas e utilização de critérios de rateio específicos que retratam os esforços despendidos pelas áreas de apoio e administrativas no atendimento aos projetos.

(c) Provisão para contingências (Nota 16)

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(d) Benefício de saúde pós-emprego (Nota 18)

A Entidade reconhece o passivo atuarial de pós-emprego decorrente do plano de saúde. O valor da obrigação é determinado com base em cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 18.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Entidade e é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e dos descontos concedidos, quando aplicáveis. A Entidade reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Entidade não possui receitas baseadas em estimativas ou resultados históricos.

As principais receitas operacionais reconhecidas pela Entidade referem-se aos serviços hospitalares de internação, serviços ambulatoriais, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia e serviços educacionais. A receita financeira é decorrente, principalmente, das aplicações financeiras e é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(b) Determinação dos prazos de arrendamentos

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas vigentes. A tesouraria identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. A administração estabelece princípios para a gestão de risco global.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Entidade está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou pass